



Avião oficial

Lira e Barroso lideram ranking de uso de jatos da FAB

— Presidente da Câmara fez 42 voos este ano e o presidente do STF, 35; os dois alegaram questões de segurança ao solicitar as aeronaves para viagens

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, são as autoridades do País que mais usaram aeronaves da Força Aérea Brasileira em 2024. Desde o início do ano, o deputado voou 42 vezes sob as asas da FAB e o magistrado, 35. Ambos alegaram questões de “segurança” para solicitar os aviões.

Lira e Barroso estão no rol das “altas autoridades” beneficiadas por uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), do último dia 30, que assegurou o sigilo sobre informações de voos em aviões oficiais. O entendimento do TCU, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), é o de que dados podem ser considerados sigilosos por até 50 anos quando sua divulgação representar risco à segurança de instituições ou de “altas autoridades” e seus familiares.

O TCU listou como “altas autoridades” os chefes de Poderes, o que inclui Lira, Barroso e o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), do procurador-geral da República, Pau-

lo Gonet, e dos outros dez ministros do Supremo. Voos de ministros de Estado não estão incluídos.

De acordo com o TCU, o “sigilo para fins de ampla divulgação à sociedade” não afasta o acesso à informação pelo tribunal, que pode realizar fiscalizações e ainda requerer dados. Foi reiterado pelo presidente da Corte, ministro Bruno Dantas, que a autoridade, ao fazer um pedido à FAB, deve “informar as razões de segurança que justificam a requisição”.

REDUTO. Maceió é o principal destino e origem das viagens realizadas por Lira, depois de Brasília. O presidente da Câmara tem casa na capital alagoana e é comum viajar à cidade, mesmo sem agenda oficial, assim como solicitar uma aeronave da FAB para participar de festas e eventos.

No carnaval, o deputado viajou de jatinho para Salvador (BA), onde participou de um bloco com o cantor Bell Marques, e depois foi ao Rio. Lá, ele desfilou pela escola de samba Beija-Flor de Nilópolis.

Lira também usou o avião este ano para voltar de uma praia na região metropolitana de Fortaleza, onde passou o feriado de Páscoa. Procurado, o presidente da Câmara não respondeu. Barroso, por sua vez, tem

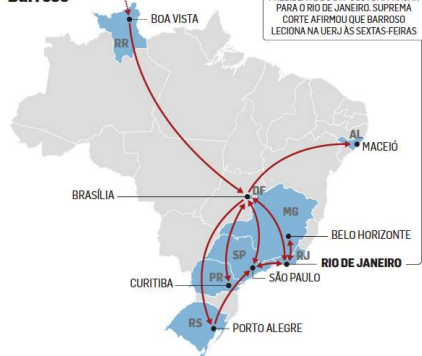
VIAGENS

Deslocamentos de autoridades

Lira



Barroso



Voos de FAB nos primeiros quatro meses deste ano

AUTORIDADE	VIAGENS
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	42
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	35
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	34
MINISTRO DA FAZENDA	33
MINISTRO DA EDUCAÇÃO	29
MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	28
À DISPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA*	27
MINISTRO DA DEFESA	23
MINISTRO DOS TRANSPORTES	21
MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS	20
MINISTRA DA SAÚDE	20
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL	16
MINISTRO DO TURISMO	15
MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14
MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	14

*NÃO É POSSÍVEL SABER EXATAMENTE QUEM SOLICITOU ESSE TIPO DE VOO

FONTE: COMANDO DA AERONÁUTICA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

o costume de viajar para o Rio. Cerca de 21% dos trajetos feitos pelo presidente do Supremo têm como destino ou ori-

gem os aeroportos Santos Dumont ou Galeão. O magistrado dá aulas na graduação, mestrado e doutorado da Universida-

de Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), às sextas-feiras, o que, segundo o STF, justifica as viagens.

“O uso de aviões da FAB pelo presidente do STF é regulamentado por decreto e tem como finalidade garantir a segurança institucional. Trata-se de uma medida de isonomia entre todos os chefes de Poder”, diz o Supremo, em nota.

Pacheco usou o avião oficial 16 vezes de janeiro a abril. Não é possível saber com exatidão quantas vezes Alckmin – que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços –, Gonet e os demais ministros do Supremo viajaram de jatinho da FAB neste ano. No caso do vice-presidente da República, as informações são mantidas reservadas até o fim do governo.

“Uso de aviões da FAB pelo presidente do STF é regulamentado por decreto e tem finalidade garantir a segurança institucional”

Assessoria do Supremo
Tribunal Federal

O procurador-geral da República e os ministros do Supremo não podem solicitar jatinhos da FAB diretamente. O decreto que regulamenta o uso dessas aeronaves limita os pedidos ao vice-presidente, aos presidentes do Senado, da Câmara e do STF, aos ministros de Estado, aos comandantes das Forças Armadas e ao chefe do Estado-Maior.

AUTORIZAÇÃO. Uma brecha na legislação, porém, tem feito com que os ministros do Supremo acionem a FAB para viajar de jatinho. O artigo 2.º do Decreto 10.267/2020 determina que o ministro da Defesa “poderá autorizar o transporte aéreo de outras autoridades, nacionais ou estrangeiras”.

Das 520 viagens em aviões da Força Aérea neste ano, 27 foram feitas com base nessa brecha. Não é possível saber quem foram os passageiros.

VALOR. Um voo da FAB de Brasília para São Paulo, por exemplo, chega a custar R\$ 65 mil, segundo o Ministério da Defesa. O valor é bem maior se comparado a uma passagem de avião comercial, até mesmo na classe executiva. ●

TCU arquiva apuração sobre viagens de Juscelino

A 1.ª Câmara do Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou o processo que investigava o uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) pelo ministro das Comunicações, Juscelino Filho, para participar de

leilões de cavalos em São Paulo, no início de 2023. A viagem de ida e volta custou R\$ 130,4 mil aos cofres públicos.

Como mostrou o **Estadão**, Juscelino viajou numa quinta-feira e participou de três curtas

agendas da pasta. A partir do meio-dia da sexta-feira ficou inteiramente dedicado a compromissos privados, como leilões e festa dedicada a equinos. Voltou a Brasília na segunda-feira, novamente de FAB.

O TCU entendeu que a viagem de ida em aeronave oficial se justificou por causa dos compromissos de Juscelino como ministro, embora essa agenda tenha tido duração de apenas duas horas e meia. Em relação à viagem de volta, a Corte não viu prejuízo aos cofres públicos porque o voo foi

compartilhado com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Documentos mostram, porém, que o próprio ministro das Comunicações solicitou o jatinho ao Comando da Aeronáutica para retornar à capital federal, o que contraria a justificativa de que ele teria voltado de “carona”. ● T.L.